Edital MS-SCTIE-DECIT/CNPq N° 69/2010

I - EDITAL

O Ministério da Saúde (MS) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tornam público o presente Edital e convidam os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos, e em conformidade com o anexo **REGULAMENTO**, parte integrante deste Edital.

I.1 - OBJETIVO

O presente Edital tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e o fortalecimento da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde – REBRATS. As propostas devem observar as condições específicas estabelecidas na parte II – **REGULAMENTO**, anexo a este Edital, que determina os requisitos relativos ao proponente, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados nas propostas aprovadas, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade, critérios e parâmetros objetivos de julgamento e demais informações necessárias.

I.2 - APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

I.2.1 As propostas devem ser acompanhadas de arquivo contendo o projeto e devem ser encaminhadas ao CNPq, exclusivamente, via Internet, por intermédio do Formulário de Propostas Online, disponível na **Plataforma Carlos Chagas** (<http://carloschagas.cnpq.br/>), a partir da data indicada no subitem II.1.4- **CRONOGRAMA** do **REGULAMENTO**.

I.2.2 As propostas devem ser transmitidas ao CNPq, até às 18 (dezoito) horas, horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem II.1.4 - **CRONOGRAMA** do **REGULAMENTO**. No entanto, o sistema eletrônico (servidor de rede) receberá propostas com tolerância de mais 24 (vinte e quatro horas), encerrando-se, impreterivelmente, às 18h (dezoito horas) do dia posterior à data limite de submissão das propostas, horário de Brasília. O proponente receberá, após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da transmissão.

I.2.3 As propostas devem ser apresentadas em conformidade com o descrito no subitem **II.2 -CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** – do **REGULAMENTO**, contendo rigorosamente todos os itens previstos neste Edital. O arquivo contendo o projeto de pesquisa deve ser gerado fora do Formulário de Propostas *On line* e anexado a este, nos formatos “doc”, “pdf”, “rtf” ou “post script”, limitando-se a 1Mb (um megabyte). Caso seja necessário utilizar figuras, gráficos, etc, para esclarecer a argumentação da proposta, estes não devem comprometer a capacidade do arquivo, pois as propostas que excederem o limite de 1Mb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

I.2.4 Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no subitem **I.2.2** acima. Assim, recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o CNPq não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

I.2.5 Caso a proposta seja remetida fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico. Por este motivo e, no cumprimento do disposto no caput do art. 41, da **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, não haverá possibilidade da proposta ser acolhida, examinada e julgada.

I.2.6 Será aceita uma única proposta por proponente. Na hipótese de envio de uma segunda proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das propostas, esta será considerada substituta da anterior, sendo levada em conta para análise apenas a última proposta recebida.

I.2.7 Em se constatando propostas idênticas, submetidas por diferentes proponentes, todas serão desclassificadas.

I.3 - ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas ao CNPq, em atendimento a este Edital, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

I.3.1. Etapa I – Análise pela Área Técnica do CNPq

1.3.1.1. Esta etapa, a ser realizada pela área técnica do CNPq, consiste na análise das propostas apresentadas quanto ao atendimento às disposições estabelecidas nos itens do **REGULAMENTO**, relativos ao subitem **II.1.6 - ITENS FINANCIÁVEIS** e subitens **II.2.1 - QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO** e **II.2.3 - QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO**, dos **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**.

I.3.2 Etapa II – Análise, julgamento e Classificação pelo Comitê Julgador

I.3.2.1 As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa considerando a análise da etapa **I.3.1** e os **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E JULGAMENTO**, indicados, respectivamente, nos subitens **II.2** e **II.3** do **REGULAMENTO**, que serão pontuados pelo Comitê Julgador.

I.3.2.2 A pontuação final de cada projeto será aferida conforme estabelecido no item **II.3 – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO** do **REGULAMENTO**.

I.3.2.3 Após a análise de mérito e relevância de cada proposta e da adequação de seu orçamento, os Comitês, dentro dos limites orçamentários estipulados pela Diretoria Executiva do CNPq, poderão recomendar:

- a) aprovação, com ou sem cortes orçamentários; ou
- b) não aprovação.

I.3.2.4 Os cortes no orçamento dos projetos não poderão ultrapassar 30% do valor solicitado ao CNPq. Caso os comitês sugiram cortes superiores a este valor, o projeto será automaticamente excluído da concorrência.

I.3.2.5 O parecer do Comitê sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em Planilha Eletrônica, contendo a relação das propostas julgadas, recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes. Para propostas recomendadas, será definido o valor a ser financiado pelo CNPq. Para propostas não recomendadas, será emitido parecer consubstanciado contendo as justificativas para a não recomendação. A Planilha Eletrônica será assinada pelos membros do Comitê.

I.3.2.6 Não é permitido integrar o Comitê Julgador o pesquisador que tenha apresentado propostas a este Edital, ou que participe da equipe do projeto.

I.3.2.7 É vedado a qualquer membro do Comitê julgar propostas de projetos em que:

- a) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguâneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau; ou
- b) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

I.3.3 Etapa III – Análise pela Diretoria Executiva (DEX) do CNPq

Todas as propostas analisadas pelo Comitê Julgador serão submetidas à apreciação da Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde (DABS) do CNPq e do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), do Ministério da Saúde (MS) e, posteriormente, encaminhadas à Diretoria Executiva do CNPq, que emitirá a decisão final sobre sua aprovação, observados os limites orçamentários deste Edital.

I.4 - RESULTADO DO JULGAMENTO

I.4.1 A relação das propostas aprovadas, com recursos financeiros do presente Edital, será divulgada na página eletrônica do CNPq e no Portal do Ministério da Saúde, disponíveis na Internet nos endereços www.cnpq.br e www.saude.gov.br/sctie/decit, e publicada no Diário Oficial da União.

I.4.2 Todos os proponentes do presente Edital terão acesso ao parecer sobre sua proposta, preservada a identificação dos pareceristas.

I.5 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I.5.1. Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso em formulário eletrônico específico, disponível na Plataforma Carlos Chagas (<http://carloschagas.cnpq.br>), no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União e na página do CNPq, desde que esteja disponibilizada ao proponente o parecer do Comitê Julgador na Plataforma Carlos Chagas.

1.5.2. O recurso deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Análise de Recursos - COPAR que, após exame, encaminhará o resultado para deliberação final da Diretoria Executiva do CNPq.

1.5.3. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente no CNPq.

1.5.4. A norma específica, Resolução Normativa nº 006/2009 , que estabelece os procedimentos necessários para interposição de recursos está disponível na página do CNPq, no endereço eletrônico http://www.cnpq.br/normas/rn_09_006.htm.

I.6 – CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS APROVADAS

1.6.1. As propostas aprovadas serão contratadas na modalidade de Auxílio Individual, em nome do Coordenador/Proponente, mediante assinatura de Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica.

1.6.2. A assinatura do Termo de Concessão ficará subordinada à existência prévia de Protocolo de Cooperação Técnica, celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme previsão contida na alínea “a” do item 5 do Anexo I da Resolução Normativa nº 024/2006 (http://www.cnpq.br/normas/rn_06_024.htm), e que, nos termos da Cláusula Segunda, item 3 - Das Competências da Instituição, do referido Protocolo, não haja veto da instituição.

1.6.3. A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal direta ou indireta constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

I.7 – CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

1.7.1. A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

I.8 – PUBLICAÇÕES

1.8.1. As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pelo presente Edital, deverão citar, obrigatoriamente, o Ministério da Saúde (Decit/SCTIE/MS) e o CNPq.

1.8.2. As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, bem assim aquelas consignadas na Instrução da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - atualmente a IN/SECOM-PR nº 02, de 16 de dezembro de 2009.

I.9 – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

I.9.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Ademais, não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

I.9.2. A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Executiva do CNPq, por correspondência eletrônica, para o endereço: presidencia@cnpq.br.

I.10 – REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

I.10.1. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Executiva do CNPq, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

I.11 – PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

I.11.1. É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias à execução do projeto.

I.11.2. Coordenadores brasileiros de projetos de pesquisa, relacionados à biodiversidade, devem observar a legislação em vigor (MP nº 2.186-16/2001, Decreto nº 3.945/01, alterado pelo Decreto nº 4.946/2003, Decreto nº 98.830/90, Portaria MCT nº 55/90) para autorizações de acesso, coleta e remessa de amostras e concessão de vistos de entrada no País aos estrangeiros participantes do projeto.

I.12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I.12.1. Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica à Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Saúde (cgsau@cnpq.br).

I.12.2. Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada ao CNPq por seu coordenador, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada antes de sua efetivação.

I.12.3. Ao final da vigência, o proponente deverá apresentar a prestação de contas financeira e os relatórios técnicos, em conformidade com o que estiver estabelecido no Termo de Concessão e demais normas do CNPq.

I.12.4. Durante a execução, o projeto será acompanhado e avaliado, em todas as suas fases, de acordo com o estabelecido no Termo de Concessão.

I.12.5. O CNPq, por iniciativa própria ou por solicitação do Decit/Sctie/MS, reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento.

I.12.6. As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão de domínio público.

I.12.7. Caso os resultados do projeto ou o relatório em si venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação, nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e pela RN-013/2008 (http://www.cnpq.br/normas/rn_08_013.htm).

I.12.8. O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, pelas normas internas do CNPq.

I.13 - DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DO EDITAL E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE:

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital e sobre o preenchimento do Formulário de Proposta *Online* poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico e telefones indicados em item específico do **REGULAMENTO**.

I.14 - CLÁUSULA DE RESERVA

A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital.

Brasília, 08 de outubro de 2010

Edital MS-SCIET-DECIT/CNPq Nº 69/2010

II - REGULAMENTO

O presente REGULAMENTO tem por finalidade definir as atividades a serem apoiadas financeiramente e as condições para implementação do apoio, mediante a seleção, por edital, de propostas para execução de projetos.

II.1. DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

II.1.1. DO OBJETO

Financiar projetos de pesquisa no campo do desenvolvimento e inovação que venham a suprir lacunas do conhecimento sobre a temática relacionada à Avaliação de Tecnologias em Saúde, de forma a permitir avanços no conhecimento, fornecer subsídios para a tomada de decisões para as políticas de saúde

adotadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS e proporcionar, direta ou indiretamente, melhorias na qualidade de vida da população.

II.1.2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

II.1.2.1. O proponente poderá apresentar um único projeto, e para apenas uma das linhas descritas no subitem II.1.3., sendo facultada a participação em mais de um proposta, como pesquisador colaborador.

II.1.2.2. Será dada prioridade aos projetos encaminhados em rede ou multicêntricos, com participação de serviços de saúde.

II.1.2.3. Será dada prioridade às propostas vinculadas às instituições membro da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS).

II.1.3 – DOS TEMAS, LINHAS DE PESQUISA, OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS

II.1.3.1 – Condições reumatológicas

a) Segurança e efetividade dos anticorpos monoclonais usados no tratamento de artrite reumatóide, artrite psoriática e espondilite anquilosante, na perspectiva do Sistema Único de Saúde.

Objetivo

Avaliar a segurança e efetividade em coorte de pacientes com artrite reumatóide, artrite psoriática e espondilite anquilosante tratados com os seguintes anticorpos monoclonais: adalimumabe, etanercepte, infliximabe e rituximabe.

Resultados esperados

- Avaliar a segurança e efetividade dos seguintes anticorpos monoclonais: adalimumabe, etanercepte, infliximabe e rituximabe na artrite reumatóide, artrite psoriática e espondilite.
- Banco de dados da pesquisa organizado e disponível para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

II.1.3.2 – Leishmaniose Tegumentar Americana

a) Uso de anfotericina lipossomal em pacientes com leishmaniose tegumentar americana na forma disseminada, mucosa e outras formas atípicas.

Objetivo

Descrever a segurança e a proporção de cura clínica de pacientes com leishmaniose cutânea disseminada com ou sem acometimento mucoso concomitante, tratados com anfotericina B lipossomal.

Resultados esperados

- Incidência e gravidade dos eventos adversos.
- Proporção de respostas clínicas ao final do tratamento.

- Proporção de cura final entre outros indicadores relevantes para o estudo.

II.1.3.3 – Hanseníase

- b) Custo-efetividade de teste sorológico rápido para classificação de casos de hanseníase visando decisão terapêutica.

Objetivo

Realizar análise econômica da sorologia para o diagnóstico e classificação da hanseníase, através da realização de estudos de custo-efetividade e de análise de impacto orçamentário para o SUS.

Resultados esperados

- Estimativa dos custos da introdução do teste sorológico rápido no SUS, seu uso isolado, comparando com o exame clínico combinado com a baciloscopia e contagem de lesões; e exame clínico combinado com a contagem das lesões (estratégia atual) como métodos para diagnóstico e classificação da hanseníase, na perspectiva do SUS.
- Conhecimento da estratégia mais custo-efetiva para diagnóstico e classificação da hanseníase, para fins de decisão terapêutica (multibacilar e paucibacilar).
- Estimativa do impacto orçamentário do teste sorológico rápido para classificação de casos de hanseníase na perspectiva do SUS.

II.1.3.4 – Hipertensão Arterial Sistêmica

- a) Modelos de gestão que qualifiquem a atenção primária com impacto na melhoria dos indicadores de risco cardiovascular.

Objetivo

Avaliar a implementação de diferentes modelos de organização e gestão da atenção primária na prevenção, manejo, adesão e controle da hipertensão arterial.

Resultados esperados:

- Descrição dos modelos de organização e gestão no manejo do paciente com hipertensão arterial na atenção primária que objetivem a adesão, controle e efetividade do tratamento,
- Mapeamento de indicadores de monitoramento de risco cardiovascular na atenção primária
- Estudos demonstrativos do modelo de cuidados crônicos.
- Avaliação dos modelos organizacionais disponíveis, conforme seu desempenho nos indicadores de monitoramento de risco cardiovascular na atenção primária.

II.1.3.5 – Parâmetros para programação de ações de saúde em redes integradas orientadas pela equipe de saúde da família.

- a) Avaliação da demanda por encaminhamentos para consultas especializadas e exames complementares em Redes Integradas de Saúde (RIS) orientadas pela equipe de saúde da família (ESF) e desenvolvimento de metodologias para atualização de parâmetros da programação.

Objetivo Geral - Avaliar a demanda por encaminhamentos para consultas especializadas e exames complementares em Redes Integradas de Saúde orientadas pela ESF.

Objetivo Específico - Desenvolver metodologias para atualização dos parâmetros de necessidades de encaminhamentos para consultas especializadas e exames complementares em RIS orientadas pela ESF.

Resultados esperados:

- Descrição do perfil da demanda para consultas especializadas e exames complementares em RIS, orientadas pelas ESF.
- Novas metodologias para atualização dos parâmetros da programação de encaminhamentos e exames complementares em Redes Integradas de Saúde orientadas pela ESF, considerando as diversidades regionais.

II.1.3.6 – Condições oncológicas.

a) Análise de custo-efetividade da tomografia por emissão de pósitrons (PET) nas seguintes aplicações em oncologia: câncer de pulmão de células não pequenas, câncer de tireóide e câncer de colo e reto.

Objetivo - Estimar a relação incremental de custo-efetividade da tomografia por emissão de pósitrons no câncer de pulmão de células não pequenas, câncer de tireóide e câncer de colo e reto, na perspectiva do Sistema Único de Saúde.

Resultados esperados:

- Descrição da relação incremental de custo-efetividade / custo-utilidade da tomografia por emissão de pósitrons no estadiamento do câncer de pulmão de células não pequenas.
- Descrição da relação incremental de custo-efetividade / custo-utilidade da tomografia por emissão de pósitrons no seguimento do câncer de tireóide.
- Descrição da relação incremental de custo-efetividade / custo-utilidade da tomografia por emissão de pósitrons na seleção de pacientes para ressecção de metástases hepáticas de câncer de colon e reto.

II.1.3.7 – Transtornos de humor.

a) Avaliação do manejo terapêutico dos transtornos de humor

Objetivo - Avaliar a eficácia, efetividade e segurança das alternativas terapêuticas (farmacológicas e não-farmacológicas) do transtorno do humor.

Resultados esperados

- Revisão sistemática das alternativas terapêuticas dos transtornos de humor.
- Levantamento das práticas adotadas nos serviços de saúde em diferentes níveis de atenção.

II.1.3.8 – HIV ou aids.

a) Eventos clínicos e laboratoriais em pessoas que vivem com HIV ou aids em terapia antirretroviral.

Objetivo Geral - Definir os esquemas mais adequados para início da terapia antirretroviral (TARV) em pacientes virgens de terapia no Brasil, considerando os desfechos clínicos e laboratoriais mais relevantes que ocorrem até os primeiros vinte e quatro meses do início do tratamento.

Objetivos Secundários

- Definir o momento mais adequado para iniciar o tratamento antirretroviral.
- Comparar a efetividade dos esquemas em determinar supressão da replicação viral.
- Avaliar a segurança dos esquemas antirretrovirais mais utilizados como esquema inicial no Brasil.
- Comparar as diferenças nos padrões de resistência viral genotípica entre os distintos esquemas antirretrovirais.
- Avaliar a adesão ao tratamento associada aos diferentes esquemas antirretrovirais.
- Caracterizar o impacto da TARV na qualidade de vida.

Resultados esperados

- Identificar os esquemas antirretrovirais mais seguros e efetivos para início da TARV no Brasil.
- Identificar o momento mais adequado para início da TARV no Brasil.
- Produção de um Banco de Dados Nacional de propriedade do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais/SVS/Ministério da Saúde, com descrição das seguintes variáveis: idade, raça/cor, sexo, tempo do diagnóstico, presença de comorbidades, presença de sintomas, nadir e contagem LT-CD4 inicial, magnitude da carga viral inicial, esquemas antirretrovirais empregados, mutações de resistência genotípica em pacientes em falha virológica, alterações laboratoriais decorrentes da infecção do HIV e do tratamento.
- Produção de dados e informações que subsidiem análises de custo-efetividade e custo-utilidade das diferentes estratégias de manejo antirretroviral.

II.1.4. CRONOGRAMA

Atividades	Data
Lançamento do Edital no Diário Oficial da União e na página do CNPq	08 de outubro de 2010
Data limite para submissão das propostas	22 de novembro de 2010
Divulgação dos resultados no Diário Oficial da União e na página do CNPq na internet	A partir de 06/12/2010
Início da contratação das propostas aprovadas	A partir de 20/12/2010

II.1.5. RECURSOS FINANCEIROS

II.1.5.1 – As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do Fundo Nacional de Saúde/Decit/SCTIE/MS, a serem liberados em até 02 parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.

II.1.6. ITENS FINANCIÁVEIS

II.1.6.1 Os recursos do presente edital serão destinados ao financiamento de itens de custeio, de capital e bolsa, compreendendo:

II.1.6.1.1 Custeio:

a) material bibliográfico;

b) material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, software, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos;

c) serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual. Qualquer pagamento a pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição de execução do projeto;

d) despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos (ver subitem **II.1.6.6**);

e) passagens e diárias, destinadas a atividades de campo, coleta de dados, reuniões entre os membros da equipe e suporte de especialistas para o desenvolvimento do projeto, e de acordo com as Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta Duração. Apenas as despesas com participação nos eventos técnicos/científicos previstos nos itens II.1.6.1.1.1 e II.1.6.1.1.2 serão autorizadas.

O valor total solicitado para os itens de custeio descritos nas alíneas “a” a “d” deverão ser incluídos no campo “custeio” do Formulário de Propostas Online. Os valores de passagens e diárias deverão ser incluídos em campos do mesmo nome do referido formulário, seguindo as instruções lá contidas.

II.1.6.1.1.1 - Devem ser incluídos no orçamento passagens e diárias para dois membros da equipe a fim de participar de duas reuniões de acompanhamento e monitoramento do projeto.

II.1.6.1.1.2 - É recomendável incluir no orçamento passagem e diárias nacionais para apresentação de resultados do projeto no *HTAi Annual Meeting – 2011*, Rio de Janeiro.

II.1.6.1.2 Capital:

a) equipamentos e material permanente.

Os itens de capital serão alocados na instituição de execução do projeto sob a responsabilidade, manutenção e guarda do Coordenador/Instituição de execução do projeto.

II.1.6.1.3. Bolsas

II.1.6.1.3.1 Serão concedidas bolsas nas modalidades DTI, ITI e ATP. Os recursos referentes às bolsas serão incluídos, automaticamente, pelo Formulário de Propostas *on line*, no orçamento do projeto.

II.1.6.1.3.2. A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, que estão indicadas no endereço <http://www.cnpq.br/bolsas/index.htm>. A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

II.1.6.1.3.3 As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

II.1.6.1.3.4. Caberá ao coordenador fazer as indicações dos bolsistas tão logo seja assinado o Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica.

II.1.6.1.3.5 – O plano de atividade dos bolsistas deve ser detalhado na proposta.

II.1.6.2 São vedadas despesas com:

a) obras civis (*ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos, as quais deverão ser justificadas no orçamento detalhado da proposta - subitem II.2.2*), entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;

b) pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);

c) com crachás, pastas e similares, certificados, ornamentação, coquetel, almoços/jantares, *shows* ou manifestações artísticas de qualquer natureza;

d) despesas de rotina como contas de luz, água, telefone, correios, reprografia (exceto para confecção de questionários/instrumentos de pesquisa) e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;

e) pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União;

f) serviços de tradução ou revisão de textos, publicação de livros e outros materiais de divulgação;

g) pagamento de taxas de inscrição, passagens e diárias com a finalidade de participação em congressos, seminários, simpósios ou similares, exceto as despesas previstas nos itens II.1.6.1.1.1 e II.1.6.1.1.2.

h) pagamento de taxas de administração, de gerência, a qualquer título;

i) aquisição de mobiliário, de veículos automotores e/ou manutenção destes, locação e despesas com combustíveis de qualquer natureza.

II.1.6.2.1 As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida.

II.1.6.3 - Os recursos aprovados para o financiamento de itens de custeio não poderão ser remanejados para o financiamento de itens de capital, e vice-versa.

II.1.6.4 - Todos os itens financiados devem estar diretamente relacionados ao objeto e às atividades do projeto.

II.1.6.5 Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas do CNPq, disponíveis no endereço:

<http://www.cnpq.br/prestacaocontas/index.htm>.

II.1.6.6 Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de 18% (dezoito por cento) do montante previsto para tais gastos. O CNPq não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

II.1.7. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

As propostas a serem apoiadas pelo presente Edital deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa e sendo aprovação por parte deste Conselho, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.

II.2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles poderá resultar na desclassificação da proposta.

II.2.1. QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO

II.2.1.1 O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo:

a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado no prazo de até 7 (sete) dias após a data limite para submissão da proposta, conforme **RN-004/2008**.

b) ser, obrigatoriamente, o coordenador do projeto;

c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.

II.2.1.2 - Ao apresentar a proposta, o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

II.2.1.3 - A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

II.2.1.4 - Somente deverão ser incluídos na equipe do projeto aqueles que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

II.2.1.5 - É obrigatório que os membros da equipe técnica, **caracterizados como pesquisadores**, tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes. Essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros.

II.2.2. QUANTO À PROPOSTA

II.2.2.1 – O projeto deve estar claramente caracterizado como revisão sistemática ou pesquisa científica e tecnológica e inovação.

II.2.2.2 – Os projetos de pesquisa devem considerar os seguintes aspectos, conforme o tema e linha de pesquisa em que se enquadra:

II.2.2.2.1 – Condições reumatológicas:

- revisão sistemática de efeitos adversos e eficácia/efetividade dos anticorpos monoclonais de interesse (item II.1.3.1), considerando diretrizes metodológicas de agências internacionais de avaliação de tecnologias em saúde;
- coorte de pacientes em tratamento com os medicamentos de interesse, nas indicações especificadas;
- especificação da coorte: local, participantes, variáveis, desfechos examinados, fontes de dados e técnicas de mensuração, potenciais fontes de viés, tamanho da amostra e métodos estatísticos previstos;
- O tempo de seguimento deverá ser compatível com os desfechos relevantes para avaliação de segurança e efetividade das condições reumatológicas de interesse.

II.2.2.2.2 – Leishmaniose Tegumentar Americana:

- Desenho do estudo: coorte (registro) de pacientes com diagnóstico de leishmaniose cutânea disseminada com ou sem acometimento mucoso concomitante que serão tratados com anfotericina B lipossomal;
- A avaliação dos desfechos de resposta terapêutica e sinais e sintomas de toxicidade serão avaliados durante o tratamento, imediatamente após finalizar o tratamento e mensalmente até seis meses após a intervenção;
- A cura final será avaliada após um período de acompanhamento de 6 meses, e a avaliação de recidivas acontecerá por mais um semestre com periodicidade bimestral;
- A ocorrência de possíveis eventos adversos será monitorada nos pacientes, através de acompanhamento semanal, durante o período de tratamento. Deverão ser apresentados pelo pesquisador protocolos padronizados que contenham a relação dos procedimentos referentes à coleta de informações de eventos adversos como documentação de eventos adversos, documentação de parâmetros de segurança de rotina, documentação de eventos adversos esperados e especiais, parâmetros de segurança, parâmetros vitais.

II.2.2.2.3 – Hanseníase:

- Considerar as Diretrizes Metodológicas de Avaliação Econômica do Ministério da Saúde.

- Realizar análise de custo-efetividade da utilização do teste sorológico rápido para a detecção e classificação de caso novo de hanseníase comparado com o exame baciloscópio e contagem de lesões, nas diversas regiões brasileiras, levando em conta as áreas hiperendêmicas, conforme identificação no estudo dos clúters no Brasil;
- Elaborar um modelo de custo-efetividade para avaliação de alternativas diagnósticas para diagnóstico e classificação hanseníase;
- Realizar análise de custo-efetividade das seguintes alternativas diagnósticas: 1) Teste sorológico rápido, 2) baciloscopia e contagem do número de lesões (classificação operacional utilizada) como procedimentos auxiliares para classificação da hanseníase;
- Estimar os custos da introdução do teste sorológico rápido no SUS e os custos da estratégia atual como métodos para diagnóstico e classificação da hanseníase;
- Estimar a razão de custo-efetividade incremental em reais por caso de hanseníase diagnosticado e classificado corretamente considerando cada uma das alternativas avaliadas, em relação à contagem do número de lesões que é a alternativa atualmente em uso no SUS;
- Estimar o impacto orçamentário da introdução do teste rápido no SUS.

II.2.2.2.4 – Hipertensão Arterial Sistêmica:

- Revisão sistemática dos modelos de gestão existentes no manejo da hipertensão arterial;
- Revisão sistemática dos indicadores de monitoramento de risco cardiovascular;
- Especificação da proposta de revisão sistemática: critérios de elegibilidade, estratégia de busca, processo de seleção dos estudos e de extração dos dados, avaliação do risco de viés e previsão de análise dos dados;
- Avaliação do desempenho dos modelos de gestão da atenção primária no manejo da hipertensão arterial que melhor induz a adesão ao tratamento.

II.2.2.2.5 – Parâmetros para programação de ações de saúde em redes integradas orientadas pela equipe de saúde da família:

- considerar a avaliação dos métodos atuais para definição de cotas de encaminhamentos e exames complementares disponibilizados para as Redes Integradas de Saúde (RIS) de municípios ou de regiões intra-municípios com 100% de cobertura pela ESF que possuam a coordenação do cuidado a partir da Atenção Primária a Saúde;
- desenvolvimento de métodos que considerem a complexidade tecnológica, disponibilidade de profissionais especialistas e equipamentos necessários a oferta de encaminhamentos a consultas especializadas e exames complementares para estabelecimento de sistema de referência e contra-referência;
- considerar especificidades regionais.

II.2.2.2.6 – Condições oncológicas:

- População-alvo e indicações de uso da PET;

- Câncer de pulmão de células não pequenas — estadiamento locoregional e à distância;
- Câncer de tireóide: diferenciados (papilífero e folicular), não diferenciados (anaplásicos) e medulares – Seguimento pós-tratamento;
- Câncer de colon e reto — estadiamento para seleção de pacientes para cirurgia em suspeita de recaída hepática;
- Desenho do estudo - Delineamento que seja baseado em dados primários (para informações de custo) e secundários ou primários (evidências de acurácia e mudanças no manuseio diagnóstico-terapêutico);
- Tipos de análise - Análise de custo-efetividade e/ou análise de custo-utilidade;
- Tecnologias/intervenções a serem consideradas - Procedimentos diagnósticos de imagem e/ou laboratoriais ofertados no Sistema Único de Saúde e que tenham a mesma aplicação clínica da PET nas indicações e cânceres em análise;
- Perspectiva do estudo - Do Sistema Único de Saúde como prestador público de serviço;
- Horizonte temporal - Tempo de progressão dos agravos envolvidos;
- Evidências de resultados em saúde – Preferencialmente, provenientes de estudos primários nacionais de qualidade, ou provenientes de revisão sistemática da literatura, conforme diretrizes adotadas por agências de avaliação de tecnologias em saúde;
- Quantificação e custeio de recursos, taxa de desconto e análises de sensibilidade preconizados nas Diretrizes Metodológicas de Avaliação Econômica do Ministério da Saúde.

II.2.2.2.7 – Transtornos de humor:

- Revisão sistemática sobre a eficácia, efetividade e segurança das alternativas terapêuticas dos transtornos de humor, considerando diretrizes de agências internacionais de avaliação de tecnologias em saúde;
- Levantamento das práticas adotadas nos serviços de saúde para o tratamento dos transtornos de humor, nos diferentes níveis de atenção;
- Especificação da proposta de revisão sistemática: critérios de elegibilidade, estratégia de busca, processo de seleção dos estudos e de extração dos dados, avaliação do risco de viés e previsão de análise dos dados;
- Especificação da proposta de levantamento das práticas adotadas nos serviços de saúde: local, tipos de serviços, variáveis, fontes de dados e técnicas de mensuração, potenciais fontes de viés, tamanho da amostra e métodos estatísticos previstos.

II.2.2.2.8 – HIV ou aids:

- Estudo de coorte multicêntrica e prospectiva;
- Especificação da proposta da coorte prospectiva: pacientes adultos com idade ≥ 18 anos, virgens de terapia antirretroviral;
- Considerar os esquemas iniciais em conformidade com as Recomendações em Terapia Antirretroviral para Adultos Infectados pelo HIV 2008, e o momento do início da terapia, conforme indicado no Suplemento II das

Recomendações em Terapia Antirretroviral para Adultos Infectados pelo HIV 2008, Critérios para Início do Tratamento Antirretroviral, publicado em fevereiro de 2010;

- Considerar os esquemas mais utilizados no Brasil em pacientes virgens de terapia antirretroviral;
- Amostra representativa nacional e das macrorregiões;
- Métodos estatísticos previstos: os métodos de aferição das diferenças entre os tratamentos devem ser avaliados pela análise estatística uni e multivariada;
- Desfechos clínicos a serem considerados: proporção de pacientes assintomáticos, esquemas antirretrovirais, proporção de pacientes com condições associadas e doenças oportunistas, qualidade de vida, eventos adversos (hematológicos, metabólicos, renais, hepáticos, dermatológicos, gastrointestinais, anatômicos);
- Desfechos laboratoriais a serem considerados: proporção de pacientes com supressão viral, medido pelo exame de carga viral, elevação na contagem de Linfócitos T-CD4+ e caracterização da resistência viral por meio dos testes de genotipagem.

II.2.2.3 - As propostas deverão ser apresentadas na forma de projeto de pesquisa. Recomenda-se que este projeto apresente as seguintes informações, de forma a permitir sua adequada análise por parte do Comitê Julgador:

- a) título do projeto;
- b) entidade proponente (executora);
- c) identificação do coordenador;
- d) declaração de potenciais conflitos de interesse, conforme modelo disponível no Anexo I.
- e) objetivo(s) geral (is) e específico(s);
- f) justificativa(s) para realização do projeto;
- g) metodologia a ser empregada;
- h) plano de trabalho detalhado, e cronograma de execução;
- i) orçamento detalhado;
- j) especificação dos resultados esperados, estratégias a serem utilizadas e indicadores de progresso;
- k) Instituições e pesquisadores envolvidos (explicitando qualificação, experiência e tempo de dedicação ao projeto);
- l) descrição das tarefas específicas dos membros da equipe, estabelecendo a estratégia (ou metodologia) de articulação entre os mesmos, tendo em vista o objetivo comum;
- m) plano de trabalho detalhado para as bolsas solicitadas;

n) infraestrutura física, recursos financeiros e competências existentes nas instituições participantes do projeto, incluindo o envolvimento da equipe técnica das instituições participantes no desenvolvimento das atividades do projeto;

o) estimativa dos recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes Públicos e Privados parceiros.

II.2.3 QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO

II.2.3.1. A instituição de execução do projeto é aquela onde será desenvolvido o projeto de pesquisa e com a qual o proponente deve apresentar vínculo e será doravante denominada “Instituição de Execução do Projeto”, podendo ser:

- a) instituição de ensino superior, pública ou privada sem fins lucrativos;
- b) instituto e centro de pesquisa e desenvolvimento, público ou privado sem fins lucrativos;
- c) empresa pública, que execute atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação.

II.2.3.1.1. A instituição de execução do projeto deverá ser constituída sob as leis brasileiras e ter sua sede e administração no País.

II.3 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

II.3.1 - São os seguintes os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária

Critérios de análise e julgamento		Peso	Nota
A	Atendimento ao disposto no item II.1.3 (Temas, Objetivos e resultados esperados)	1,5	0 a 10
B	Atendimento aos critérios especificados no item II.2.2.2 sobre os aspectos que devem ser considerados no desenho do projeto.	1,5	0 a 10
C	Atendimento aos critérios do item II.1.2	1,0	0 a 10
D	Adequação da metodologia aos objetivos propostos.	1,0	0 a 10
E	Experiência prévia do Coordenador na área do projeto de pesquisa, considerando sua produção científica ou tecnológica relevante, nos últimos cinco anos.	1,0	0 a 10
F	Coerência e adequação entre a capacitação e a experiência da equipe do projeto aos objetivos, atividades e metas propostos	1,0	0 a 10
G	Adequação do orçamento aos objetivos, atividades e metas propostas	1,0	0 a 10
H	Adequação do plano de atividades dos bolsistas com o projeto de pesquisa.	1,0	0 a 10
I	Viabilidade da execução dentro do prazo proposto.	1,0	0 a 10

II.3.2. Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

II.3.3. A pontuação final de cada projeto será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

II.3.4. Critério da desempate

II.3.4.1 As propostas serão recomendadas em ordem decrescente de pontuação.

II.3.4.2 Serão considerados como critérios de desempate o somatório dos itens A, B e C

II.4 – AVALIAÇÃO PARCIAL, FINAL/PRESTAÇÃO DE CONTAS

II.4.1 – Os projetos deverão apresentar relatório de progresso, com periodicidade semestral, contendo a descrição das atividades desenvolvidas em conformidade com o cronograma de execução.

II.4.2 – Todos os relatórios deverão ser inseridos no sistema da REBRATS.

II.4.3 – A critério da Departamento de Ciência e Tecnologia do MS, em parceria com o CNPq, serão definidas duas reuniões presenciais para acompanhamento e avaliação do projeto.

II.4.4 - O Coordenador do projeto deverá encaminhar em Formulário *online* específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do projeto, em conformidade com o Termo de Concessão e demais normas do CNPq:

II.4.5 - A prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de Prestação de Contas disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cnpq.br/prestacaocontas/index.htm>; e

II.4.6 - O relatório técnico final, com detalhamento de todas as atividades desenvolvidas durante a execução do projeto e o registro de todas as ocorrências que afetaram o seu desenvolvimento

II.4.7 Ao relatório técnico final deverá ser anexado um sumário executivo para público-alvo composto por gestores de saúde, conforme Anexo II.

II.4.8 - A produção científica resultante dos projetos apoiados deverá ser informada por meio de “links” de acesso, para o endereço: ats.decit@saude.gov.br, imediatamente, após a publicação, nos casos de artigos científicos, e a defesa, nos casos de mestrado e doutorado.

II.4.9 - Quando solicitado pelo CNPq, o Coordenador deverá preencher formulário de avaliação e acompanhamento do projeto de pesquisa aprovado.

II.4.10 - Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica à Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Saúde do CNPq (cgsau@cnpq.br).

II.5 ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DO EDITAL E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE

II.5.1 -Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço: edital692010@cnpq.br.

II.5.2 -O atendimento a proponentes com dificuldades no preenchimento do Formulário de Propostas On line será feito pelo endereço suporte@cnpq.br ou pelos telefones (61) 2108-9004 ou 2108-9354, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h30 às 18h30.